

documentos
DE **prestação**
DE **contas**
2023

MUNICÍPIO DE MORTÁGUA


CONTAS CONSOLIDADAS





MORTÁGUA
MUNICÍPIO


Conforme o preceituado no n.º 2 do artigo 76º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, a Câmara Municipal de Mortágua apresenta os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano financeiro 2023, em conformidade com as disposições previstas nas Normas de Contabilidade Pública 22 e 24 do SNC-AP.

Aprovado em Reunião de Câmara de 05/06/2024









Apreciado em Sessão de Assembleia Municipal de 28/06/2024



documentos
DE **prestação**
DE **contas**
2023

MUNICÍPIO DE MORTÁGUA

CONTAS CONSOLIDADAS

RELATÓRIO DE GESTÃO



MORTÁGUA
MUNICÍPIO

1 – DISPOSIÇÕES INICIAIS

O Município de Mortágua, relativamente ao exercício de 2023, apresenta as demonstrações financeiras consolidadas resultante da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75º do RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado através da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a qual estabelece que os municípios “apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”, em relação às entidades controladas ou participação em empresas locais (independentemente da percentagem de participação ou detenção do município).

A consolidação de contas é um instrumento essencial que permite a melhoria da informação contabilística prestada pela administração local, fornecendo com clareza a situação financeira do grupo através de contas únicas, complementares às individuais, como se de uma única entidade se tratasse. Assim surge a necessidade de se proceder à consolidação de contas sendo o método da equivalência patrimonial (MEP) o utilizado neste município.

O perímetro de consolidação do Município engloba para além do próprio Município, a Ecobeirão – Sociedade de Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão, EIM, SA, onde é detida uma participação de 2%.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), aprovado pelo Decreto Lei nº192/2015 de 11 de setembro e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) 22 e 24, bem como as notas explicativas da conta 41 da Portaria nº189/2021, de 14 de julho.

De acordo, com o regime financeiro das autarquias locais e das entidades municipais, estabelecidas pela Lei nº73/2013, de 3 de setembro, os documentos da prestação de contas consolidadas, podem ser aprovadas em momentos diferentes das contas individuais, sendo que no presente relatório trataremos das contas consolidadas, de modo a serem submetidas à apreciação dos órgãos deliberativos durante a sessão ordinária do mês de junho no ano seguinte àquele a que respeitam, como refere o artigo 76º do RFALEI.

2 – PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O perímetro de consolidação abrange o conjunto de entidades cujas contas são objeto de consolidação e face às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas, sendo que as entidades a integrar o perímetro dependem da relação de controlo entre a entidade participante e a entidade participada. O artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as devidas alterações, define quais são as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação.

No caso do Município de Mortágua, e uma vez que não detém o controlo, de forma direta ou indireta de qualquer entidade, apenas é aplicável o n.º 6 do artigo anteriormente referido, que estabelece que “*devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo n.º 7 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o sector empresarial local e os serviços*

intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal”.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município de Mortágua é constituído pela Ecobeirão – Sociedade de Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão, EIM, SA, sendo detida uma participação de 2%, à data de 31 de dezembro do exercício económico a consolidar. Nenhum dos municípios que participa nesta sociedade controla individualmente a empresa, considerando-se, desta forma, que se verifica a existência de um acordo conjunto nos termos da NCP 24 — Acordos conjuntos.

Tratando-se de um acordo conjunto, como refere a nota técnica¹ da CCDRN "CONTABILIZAÇÃO DOS INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES| SNC-AP", "os municípios reconhecem os respetivos direitos aos ativos líquidos (património líquido/situação líquida) da empresa local criada como investimento e contabilizam-no mediante o método da equivalência patrimonial, nos termos da NCP 24 e da nota à conta 41 do SNC-AP (Portaria n.º 189/2016 de 14 de julho), devendo este método ser aplicado no município participante, quer nas suas contas individuais, quer nas contas consolidadas, "independentemente da percentagem de participação ou detenção do município", conforme determina expressamente o n.º 6 do artigo 75.º do RFALEI”.

Quadro 1 – Perímetro de consolidação

Entidade Participada	Valor da Participação	% Participação	Tipo de Entidade
Ecobeirão - Sociedade Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão, EIM, S.A.	1.000,00 €	2,00%	Empresa Local

Atendendo a que a Ecobeirão – Sociedade de Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão, EIM, S.A. é classificada como empresa local, nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Município de Mortágua procedeu à aplicação do MEP – Método de Equivalência Patrimonial à participação de 2,00%, detida naquela entidade.

Não se incluem no perímetro de consolidação outras entidades, designadamente a Cesab – Centro de Serviços do Ambiente, Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A., a CIM RC - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, AMRPB - Associação de Municípios do Planalto Beirão e a ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses por não se verificarem aqueles pressupostos.

¹ Disponível em <https://www.ccdr-n.pt/storage/app/media/contabilizacao-dos-interesses-em-outras-entidades-vf.pdf>

Apresentam-se de seguida as demonstrações financeiras individuais da Ecobeirão:

Balço Ecobeirão – 2023

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	17 150 280,18	10 040 765,65
Ativos intangíveis	7	6 590 979,28	7 306 723,99
Outros investimentos financeiros		1 104,82	1 005,07
		23 742 364,28	17 408 494,71
Ativo corrente			
Inventários	10	157 544,43	304 568,90
Clientes	14	1 770 167,80	2 603 847,74
Estado e outros entes públicos	13	200 932,17	660 153,22
Outros créditos a receber	6,14	816,23	237 753,37
Diferimentos		31 893,16	1 804,32
Caixa e depósitos bancários	4	508 619,41	77 808,13
		2 669 973,20	3 886 015,68
Total do ativo		26 412 337,48	21 294 510,39
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	14	50 000,00	50 000,00
Outros instrumentos capital próprio	14	916 000,00	916 000,00
Reservas legais		10 000,00	10 000,00
Resultados transitados		484 514,31	475 510,45
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	12	11 239 273,46	5 659 287,47
Resultado líquido do período		(874 093,48)	9 003,86
Total do capital próprio		11 825 694,29	5 119 801,78
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	9,14	333 751,34	481 548,48
Outras dívidas a pagar	14	2 452 896,58	3 207 029,32
		2 786 047,92	3 688 577,80
Passivo corrente			
Fornecedores	14	3 309 342,11	4 324 578,25
Estado e outros entes públicos	13	13 778,58	12 065,58
Financiamentos obtidos	9,14	154 963,03	154 268,76
Outras dívidas a pagar	6,14	4 251 386,55	4 135 593,22
Diferimentos		3 471 125,00	3 359 625,00
		11 800 595,27	12 486 130,81
Total do passivo		14 586 643,19	16 174 708,61
Total do capital próprio e do passivo		26 412 337,48	21 294 510,39

Demonstração de Resultados Ecobeirão – 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	11	10 009 046,43	9 421 429,91
Subsídios à exploração	12	2 747,95	5 818,11
Variação nos inventários da produção	10	(147 024,47)	96 563,54
Fornecimentos e serviços externos	17	(9 278 445,47)	(8 204 205,60)
Gastos com o pessoal	6;15	(577 972,56)	(515 669,41)
Outros rendimentos	11	479 422,39	517 053,68
Outros gastos		(102 996,44)	(65 342,26)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		384 777,83	1 255 647,97
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7;8	(1 179 699,92)	(1 157 763,22)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(794 922,09)	97 884,75
Juros e rendimentos similares obtidos	11	1,93	1,55
Juros e gastos similares suportados	9	(78 540,59)	(85 619,63)
Resultado antes de impostos		(873 460,75)	12 266,67
Imposto sobre o rendimento do período	13	(632,73)	(3 262,81)
Resultado líquido do período		(874 093,48)	9 003,86

3 – MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

Para efeitos de consolidação de contas 2023 com a entidade Ecobeirão – Sociedade de Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão, EIM, S.A, foi utilizado, nos termos da NCP 24 e da nota à conta 41 do SNC-AP (Portaria n.º 189/2016 de 14 de julho), o Método de Equivalência Patrimonial (MEP), que consiste na substituição no balanço do Município de Mortágua, do valor contabilístico das partes de capital detidas, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

O Município de Mortágua tem contabilizado na sua conta patrimonial 41 – Investimentos Financeiros, uma participação de 1.000,00€ na Ecobeirão – Sociedade de Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão, EIM, S.A.

Quadro 2 – Método de Equivalência Patrimonial

Entidade Participada	Valor da Participação	% Participação	Resultado Líquido	% Resultados
Ecobeirão - Sociedade Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão, EIM, S.A.	1.000,00 €	2,00%	-874.093,48 €	-17.481,87 €

Na aplicação do método de equivalência patrimonial foram efetuados ajustamentos nas seguintes contas do Balanço e Demonstração dos resultados do Município de Mortágua:

Classificação económica	Classificação patrimonial (Balanço)
Não aplicável	Pelo valor do ajustamento, proporcional à participação (2%) 41 - investimentos financeiros (débito); 7851 - Aplicação método da equivalência patrimonial (crédito); 57 - Ajustamentos em ativos financeiros (crédito)

4 – ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Apresentam-se a seguir os mapas consolidados cuja análise difere das contas individuais na exata medida dos ajustamentos de aplicação do método da equivalência patrimonial ao investimento financeiro na sociedade Ecobeirão.

4.1 – BALANÇO CONSOLIDADO

Os quadros seguintes apresentam a estrutura do Balanço Consolidado no ano de 2023

Quadro 3 – Estrutura do Balanço Consolidado no ano de 2023 – Ativo

ATIVO	31 de dezembro de 2023
Ativo não corrente	
Ativos Fixos Tangíveis	47.583.518,46 €
Propriedades de Investimento	598.003,00 €
Ativos Intangíveis	240.702,39 €
Participações Financeiras	586.110,39 €
	49.008.334,24 €
Ativo Corrente	
Inventários	140.215,88 €
Devedores por Transferências e Subsídios Não Reembolsáveis	4.835.172,31 €
Clientes, contribuintes e utentes	20.785,91 €
Estado e Outros Entes Públicos	0,00 €
Outras Contas a Receber	1.993.342,50 €
Diferimentos	23.455,98 €
Caixa e Depósitos	3.779.842,47 €
	10.792.815,05 €
TOTAL DO ATIVO	59.801.149,29 €

Quadro 4 – Estrutura do Balanço Consolidado no ano de 2023 – Património Líquido e Passivo

PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	31 de dezembro de 2023
Património/Capital	46.105.307,16 €
Reservas	819.339,09 €
Resultados Transitados	-5.666.494,45 €
Ajustamentos em Ativos Financeiros	264.746,96 €
Outras Variações no Património Líquido	12.128.663,16 €
Resultado Líquido do Exercício	-1.079.210,70 €
	52.572.351,22 €
Passivo Não Corrente	
Provisões	501.844,38 €
Financiamentos Obtidos	628.495,56 €
Outras Contas a Pagar	94.340,86 €
	1.224.680,80 €
Passivo Corrente	
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	75.386,75 €
Fornecedores	51.681,27 €
Estado e Outros Entes Públicos	33.264,17 €
Financiamentos Obtidos	160.493,13 €
Fornecedores de Investimentos	102.018,80 €
Outras Contas a Pagar	591.012,26 €
Diferimentos	4.990.260,89 €
	6.004.117,27 €
TOTAL PATRIMÓNIO LIQUIDO E PASSIVO	59.801.149,29 €

O balanço consolidado espelha o valor e a natureza dos bens e dos direitos detidos (Ativo), bem como o valor e a natureza das obrigações perante terceiros (Passivo), sendo que a diferença entre estes dois agregados é designada de Património Líquido e demonstra o património e os resultados acumulados.

Da análise ao quadro 3, verifica-se que o ativo líquido total apresentado no balanço consolidado é de 59.801.149,29€, constituído maioritariamente por ativos não correntes. De referir que relativamente ao Ativo consolidado, está evidenciado o ajustamento efetuado na rubrica Participações Financeira, com base na percentagem de participação do Município de Mortágua no capital próprio da entidade Ecobeirão – Sociedade de Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão, EIM, S.A.

Da análise ao quadro 4, verifica-se que relativamente ao Património Líquido, no valor de 52.572.351,22€, a rubrica Ajustamentos em Ativos Financeiros, apresenta a contrapartida do ajustamento registado no Ativo conforme se descreveu.

O Passivo apresentado no balanço consolidado não sofreu qualquer alteração quando comparado com o balanço individual do Município de Mortágua.

4.2 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

A demonstração de resultados consolidada é um mapa que pretende complementar o balanço consolidado indicando a natureza dos diversos custos e perdas e proveitos e ganhos.

Quadro 5 – Síntese da Demonstração de Resultados Consolidada no ano de 2023

Rendimentos e Gastos	31 de dezembro de 2023
Impostos, Contribuições e Taxas	2.266.134,53 €
Vendas	834,97 €
Prestações de Serviços e Concessões	622.135,76 €
Rendimentos/ Gastos Imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos	-17.481,87 €
Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	7.360.867,17 €
Trabalhos para a Própria Entidade	550.560,51 €
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	-481.599,63 €
Fornecimento e Serviços Externos	-4.008.807,06 €
Gastos com o Pessoal	-3.751.089,91 €
Transferências e Subsídios Concedidos	-2.425.812,27 €
Prestações Sociais	-285.185,86 €
Provisões (Aumentos/Reduções)	92.534,93 €
Outros Rendimentos	1.548.483,78 €
Outros Gastos	-40.688,17 €
	1.430.886,88 €
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	-2.474.336,61 €
	-1.043.449,73 €
Juros e rendimentos Similares Obtidos	5.290,61 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-41.051,58 €
Resultado Líquido Consolidado	-1.079.210,70 €

O resultado líquido do exercício consolidado, apresenta um valor de -1.079.210,70 €, inferior ao registado na demonstração de resultados individual do Município de Mortágua, em resultado da mensuração dos investimentos financeiros na sociedade Ecobeirão efetuada por recurso ao método de equivalência patrimonial.

4.3 – DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LIQUIDO

O mapa de Demonstração das Alterações no Património Líquido foi alterado em virtude da aplicação do MEP (Método de Equivalência Patrimonial) à participação de 2% detida na Ecobeirão.

4.4 – FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Não se verifica qualquer alteração no mapa de Fluxos de Caixa em virtude da presente consolidação.

4.5 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

O mapa de Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental foi elaborado com os dados do Município de Mortágua, uma vez que não se verifica qualquer alteração em virtude da presente consolidação.

4.6 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

O mapa de Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza foi elaborado com os dados do Município de Mortágua, uma vez que não se verifica qualquer alteração em virtude da presente consolidação.

4.7 – ENDIVIDAMENTO M/L PRAZO CONSOLIDADO

Não se verifica qualquer alteração no mapa de Endividamento de Médio e Longo Prazo em virtude da presente consolidação.

4.8 – DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA

Não se verifica qualquer alteração na Dívida Bruta em virtude da presente consolidação.

documentos
DE **prestação**
DE **contas**
2023

MUNICÍPIO DE MORTÁGUA

CONTAS CONSOLIDADAS

BALANÇO



MORTÁGUA
MUNICÍPIO

Município de Mortágua

Balanco Consolidado em 31 de dezembro de 2023

Valores em C

Rubricas	Notas	Data	
		31-12-2023	31-12-2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	47.583.518,46	46.777.558,19
Propriedades de investimento	8	598.003,00	133.304,50
Ativos intangíveis	3	240.702,39	224.557,19
Ativos biológicos			
Participações financeiras	18	586.110,39	451.992,53
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Clientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber			
		49.008.334,24	47.587.412,41
Ativo corrente			
Inventários	10	140.215,88	162.088,04
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		4.835.172,31	4.876.767,39
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes		20.785,91	1.156,40
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber		1.993.342,50	1.921.031,84
Diferimentos		23.455,98	20.323,62
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1	3.779.842,47	4.871.183,76
		10.792.815,05	11.852.551,05
		59.801.149,29	59.439.963,46
Total do Ativo			
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		46.105.307,16	46.105.307,16
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		819.339,09	819.339,09
Resultados transitados	-	5.666.494,45	- 4.774.141,70
Ajustamentos em ativos financeiros		264.746,96	112.967,15
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido		12.128.663,16	11.555.002,35
Resultado líquido do período	-	1.079.210,70	- 1.471.518,57
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
		52.572.351,22	52.346.955,48
Total do Património Líquido			

Município de Mortágua

Balço Consolidado em 31 de dezembro de 2023

Valores em C

Rubricas	Notas	Data	
		31-12-2023	31-12-2022
Passivo não corrente			
Provisões	15	501.844,38	594.379,31
Financiamentos obtidos	7	628.495,56	788.408,14
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			
Outras contas a pagar		94.340,86	64.473,62
		1.224.680,80	1.447.261,07
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		75.386,75	550,00
Fornecedores		51.681,27	88.326,12
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos		33.264,17	29.772,74
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	7	160.493,13	159.526,74
Fornecedores de investimentos		102.018,80	2.463,29
Outras contas a pagar		591.012,26	729.918,62
Diferimentos	2	4.990.260,89	4.635.189,40
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		6.004.117,27	5.645.746,91
Total do Passivo		7.228.798,07	7.093.007,98
Total do património Líquido e Passivo		59.801.149,29	59.439.963,46

documentos
DE **prestação**
DE **contas**
2023

MUNICÍPIO DE MORTÁGUA

CONTAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO
DE RESULTADOS



MORTÁGUA
MUNICÍPIO

Município de Mortágua

Demonstração de resultados por natureza consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2023

Valores em C

Rubricas	Notas	Períodos	
		31-12-2023	31-12-2022
Impostos, contribuições e taxas	14	2.266.134,53	2.165.933,03
Vendas	13	834,97	912,74
Prestações de serviços e concessões	13	622.135,76	533.304,28
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	-	17.481,87	180,08
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	7.360.867,17	6.861.459,03
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade	14	550.560,51	223.526,88
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	- 481.599,63	- 360.898,19
Fornecimentos e serviços externos	-	4.008.807,06	- 3.371.791,77
Gastos com pessoal	-	3.751.089,91	- 3.289.076,15
Transferências e subsídios concedidos	-	2.425.812,27	- 2.291.049,82
Prestações sociais	-	285.185,86	- 293.732,94
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)	15	92.534,93	- 462.844,38
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	14	1.548.483,78	1.430.573,31
Outros gastos	-	40.688,17	- 156.340,27
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		1.430.886,88	990.155,83
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3 e 5	- 2.474.336,61	- 2.448.897,13
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		- 1.043.449,73	- 1.458.741,30
Juros e rendimentos similares obtidos		5.290,61	497,16
Juros e gastos similares suportados	7	- 41.051,58	- 13.274,43
Resultado antes de impostos		- 1.079.210,70	- 1.471.518,57
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		- 1.079.210,70	- 1.471.518,57
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			
		- 1.079.210,70	- 1.471.518,57

documentos
DE **prestação**
DE **contas**
2023

MUNICÍPIO DE MORTÁGUA

CONTAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO
DE FLUXOS DE CAIXA



MORTÁGUA
MUNICÍPIO

Município de Mortágua

Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2023

Valores em €

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2023	31/12/2022
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		614.861,59	561.505,29
Recebimentos de contribuintes		2.196.610,28	2.004.163,75
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		7.544.612,99	6.871.798,85
Recebimentos de utentes		142.900,10	129.062,16
Pagamentos a fornecedores		-2.907.841,85	-2.863.947,58
Pagamentos ao pessoal		-4.142.547,09	-3.558.183,92
Pagamentos a contribuintes / Utes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-2.581.748,24	-2.507.545,85
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		866.847,78	636.852,70
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		58.900,88	34.309,32
Outros pagamentos		-778.080,52	-495.738,37
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		147.668,14	175.423,65
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2.693.159,61	-1.551.244,43
Ativos intangíveis		-39.008,80	-29.394,82
Propriedades de investimento		-390.849,00	
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		785,25	69.347,64
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		678.687,88	734.818,20
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		131.256,97	260.573,42
Transferências de capital		1.299.862,64	792.290,00
Juros e rendimentos similares		4.091,38	547,22
Dividendos		3.914,84	7.995,20
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-1.004.418,45	284.932,43
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-158.946,19	-159.460,13
Juros e gastos similares		-38.949,58	-10.669,08
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-197.895,77	-170.129,21
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
-1.054.646,08			
Efeito das diferenças de câmbio			
290.226,87			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
4.871.183,76			
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
4.580.956,89			
3.779.842,47			
4.871.183,76			
4.871.183,76			
4.580.956,89			
4.798.650,27			
4.513.758,23			
4.798.650,27			
4.513.758,23			

Município de Mortágua**Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2023****Valores em €**

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2023	31/12/2022
De operações de tesouraria		72.533,49	67.198,66
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3.779.842,47	4.871.183,76
- Equivalentes a caixa no fim do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		3.779.842,47	4.871.183,76
De execução orçamental		3.677.310,12	4.798.650,27
De operações de tesouraria		102.532,35	72.533,49

documentos
DE **prestação**
DE **contas**
2023

MUNICÍPIO DE MORTÁGUA

CONTAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO
DAS ALTERAÇÕES
NO PATRIMÓNIO
LÍQUIDO



MORTÁGUA
MUNICÍPIO

documentos
DE **prestação**
DE **contas**
2023

MUNICÍPIO DE MORTÁGUA

CONTAS CONSOLIDADAS

ANEXOS



MORTÁGUA
MUNICÍPIO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos e mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC- AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para entidade, nomeadamente NCP 22 e 24.

As notas relativamente às quais se considere não existir informação que justifique a sua divulgação ou que não sejam significativas para a compreensão das demonstrações financeiras, não serão apresentadas, mantendo-se, contudo, o número de ordem das que forem utilizadas, conforme definido na NCP 1 até à nota 22, e na medida em que a numeração tem correspondência com o número da respetiva NCP.

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Designação da entidade: Município de Mortágua

Morada: Rua Dr. João Lopes de Morais 3450-153 Mortágua

Natureza: Autarquia Local

Telefone: 231927460

Página da internet: www.cm-mortagua.pt

Regime Financeiro: Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual

Regime Jurídico: Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro 1 - Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2023	2022
Caixa	2.195,19 €	1.939,08 €
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	3.777.647,28 €	4.869.244,68 €
Outros depósitos		
Depósitos a prazo	-	-
Depósitos consignados	-	-
Total	3.779.842,47 €	4.871.183,76 €

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Os ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento são registados ao custo de aquisição líquido das respetivas depreciações e de perdas de imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este se encontre na sua condição de utilização.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização (que se qualifica) é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso.

Os custos são reconhecidos como ativos tangíveis e propriedades de investimento apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para o Município e quando o custo puder ser fiavelmente mensurado.

O Município procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos custos com a venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos em resultados.

As beneficiações e grandes reparações que aumentem o período de vida útil estimado ou as condições de operabilidade, ou das quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efetivação, são capitalizadas.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas numa base anual, utilizando o método das quotas constantes, de modo a que o valor dos bens seja depreciado até ao final da respetiva vida útil estimada, sendo, em regra, aplicadas as taxas constantes do Classificador Complementar 2, anexo ao SNC-AP.

A depreciação inicia-se no momento em que esse ativo se qualifique para o seu uso pretendido. As vidas úteis dos ativos são revistas à data do reporte, se as expectativas relativamente aos benefícios económicos esperados ou potencial de serviço, bem como ao uso técnico planeado dos ativos diferirem das estimativas anteriores.

Alterações nas depreciações do período são contabilizadas de forma prospetiva.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico líquido de depreciações do ativo, sendo reconhecidos em resultados do período.

Ativos de concessão de serviços

A NCP - "Ativos de concessão de serviços - concedente" define os princípios a observar na contabilização dos contratos de concessão de serviço público.

No âmbito da NCP 4, IPSAS 32 e IFRC 12, estão os contratos de concessão de serviço que possuem as seguintes características:

- a) O objetivo do contrato é a prestação de um serviço público aos utilizadores em geral;
- b) O contrato de concessão regula o tipo e a qualidade dos serviços a serem prestados pelo concessionário;
- c) O concessionário é responsável pela conceção, desenho e construção/ requalificação das infraestruturas necessárias à prestação do serviço público;
- d) Os preços a praticar (tarifas) são aprovados pelo concedente;
- e) O concedente controla qualquer valor residual das infraestruturas independentemente de quem a construiu ou detém a titularidade uma vez que (a) o concessionário não pode onerar, alienar ou ceder as infraestruturas da concessão e (b) no final da concessão, as infraestruturas da concessão reverterem para o concedente.

A NCP 4 proporciona orientação quanto ao tratamento contabilístico a adotar pelos concedentes de serviços público com as características acima identificadas. Quando a NCP 4 é aplicada, o concedente reconhece nas suas demonstrações financeiras, como ativos fixos tangíveis, os ativos da concessão utilizados pela concessionária na prestação do serviço, por aquele deter o controlo sobre os mesmos.

Dado que a construção/aquisição das infraestruturas da concessão não qualifica como investimento em ativos próprios do concessionário, em substância o concessionário presta um serviço de construção e exploração que terá de registar de acordo com a IFRS15 / NCRF 19 - Contratos de construção.

O §14 da NCP 4 estabelece que, em troca do ativo de concessão de serviços, o concedente pode compensar o concessionário pelo ativo de concessão de serviços por qualquer combinação do seguinte:

- (a) Fazer pagamentos ao concessionário (o modelo do "passivo financeiro"),
- (b) Compensar o concessionário por outro meio (o modelo do "atribuição de um direito ao concessionário"), por exemplo:
 - (i) Dar ao concessionário o direito a obter rendimento a partir de terceiros utilizadores do ativo de concessão de serviços; ou
 - (ii) Dar ao concessionário acesso a um outro ativo gerador de rendimento para uso do concessionário.

Ativos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

Participações financeiras

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

As participações em associadas estão mensuradas por recurso ao método da equivalência patrimonial.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Contas a receber e a pagar

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente, quando materialmente relevante, mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade.

Atualmente, no que concerne aos financiamentos obtidos e outras contas a pagar e a receber as mesmas estão mensuradas pelo seu valor nominal considerando que o efeito do valor temporal do dinheiro não é materialmente relevante. O custo de financiamento dos Municípios para maturidades semelhantes ou superiores têm taxa de juro inferior a 1% e mesmo zero no caso dos empréstimos BEI e subvenções reembolsáveis.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição ou, quando aplicável, ao valor realizável líquido, dos dois, o mais baixo.

O custo dos inventários inclui os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

As quantidades existentes no final do período são determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por conciliação com a aplicação de gestão de stocks e por contagem física. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição, essa diferença é reconhecida em perdas por imparidade na demonstração separada dos resultados, as quais serão reduzidas ou anuladas quando deixarem de existir os motivos que as originaram.

Base do acréscimo

O Município regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pelo qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas Outras contas a receber, Outras contas a pagar ou Diferimentos.

Estabelece a nota explicativa à conta 5939, prevista na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho que "esta conta é creditada pela quantia de outros subsídios ou transferências de capital recebidos, nomeadamente as transferências para investimentos, mas não consignadas, como é o exemplo das transferências do Estado para os municípios no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

No caso de a entidade proceder a uma afetação da verba a um ativo depreciable ou amortizável, e conseguir fazer prova dessa afetação, a transação equipara-se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que essa parte deverá ter tratamento idêntico, ou seja, esta conta debita-se numa base sistemática em contrapartida da conta 7883 Imputação de subsídios e transferências para investimentos, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos que foram financiados e na respetiva proporção. Nesta conformidade, a afetação do FEF e da transferência de capital prevista no artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro foi efetuada a diversos investimentos não financiados por outras fontes não reembolsáveis. Em conformidade ainda com a base do acréscimo, procedeu-se à afetação, por reconhecimento em rendimentos do exercício, de parte do FEF e da transferência de capital prevista no artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, referente às transferências de capital concedidas pelo Município reconhecidas como gastos do exercício.

FEF Capital 2023	59391112	566.436,00 €
Artigo 35º 2023	5939112	692.571,00 €
		1.259.007,00 €

Afetação FEF Capital

Descrição	Nº Bem	Tipo	Vida Útil	Conta	Data	Valor	Valor imputado	Imputação art. 35º 2023
Varredora Multihog CV350	19908	Nova	4	43429	25-05-2023	122.323,50 €	122.323,50 €	30.580,88 €
Retro Escavadora Case S80SV BE-07_BQ	19958	Nova	4	43361	02-10-2023	107.010,00 €	107.010,00 €	26.752,50 €
Alkê ATX 340E BA-25-SF	19946	Nova	4	43512	16-06-2023	51.819,90 €	51.819,90 €	12.954,98 €
Aparelho para gravação e reprodução de som e imagem	19935	Nova	5	4334	19-04-2023	51.528,94 €	51.528,94 €	10.305,79 €
Envelopadora Neopost	19971	Nova	8	4352	28-07-2023	4.001,19 €	4.001,19 €	500,15 €
Estabilizador	19974	Nova	4	4351	03-03-2023	833,92 €	833,92 €	208,48 €
Rede de Saneamento de Sula	2012	Nova	20	43035	31-12-2023	97.087,34 €	97.087,34 €	4.854,37 €
GR Rede Águas Pluviais - Rua Tanoeiro - Vale de Açores	1549	GR	20	43035	31-12-2023	37.470,26 €	37.470,26 €	1.873,51 €
Rede Abastecimento de Água Sula	2015	Nova	20	43036	31-12-2023	27.113,28 €	27.113,28 €	1.355,66 €
Rede Abastecimento de Água Macieira	20	Nova	20	43036	31-12-2023	23.426,82 €	23.426,82 €	1.171,34 €
Rua Principal - Lourinha de Cima	1494	GR	19	43031	31-12-2023	16.575,57 €	16.575,57 €	872,40 €
Beneficiação Rua Luís de Camões - Barril	202	GR	14	43031	31-12-2023	19.894,28 €	19.894,28 €	1.421,02 €
Rede de Águas Pluviais - Póvoa do Sebo	2059	Nova	20	43035	31-12-2023	7.395,89 €	7.351,00 €	367,55 €
						566.480,89 €	566.436,00 €	93.218,62 €

Afetação Artigo 35º Capital

Descrição	Nº Bem	Tipo	Vida Útil	Conta	Data	Valor	Valor imputado	Imputação FEF 2023
Edifício Anexo Campo de Ténis	2053	Novo	10	4329	31-12-2023	23.501,26 €	23.501,26 €	2.350,13 €
Requalificação Campo de Ténis	1368	GR	6	4325	31-12-2023	34.441,97 €	34.441,97 €	5.740,33 €
Beneficiação Cemitério Municipal	1792	GR	14	43026	31-12-2023	10.536,40 €	10.536,40 €	752,60 €
Construção Skate Parque	2046	Novo	10	43029	31-12-2023	56.918,71 €	56.918,71 €	5.691,87 €
ETAR - Vila Pouca	2060	Novo	50	43029	31-12-2023	275.209,12 €	275.209,12 €	5.504,18 €
Beneficiação Rua São João Gandara	1978	GR	10	43031	31-12-2023	23.639,53 €	23.639,53 €	2.363,95 €
Beneficiação Rua Alto da Gandarada	1885	GR	10	43031	31-12-2023	145.482,90 €	145.482,90 €	14.548,29 €
Rua Principal - Sula	2034	Novo	20	43031	31-12-2023	13.669,77 €	13.669,77 €	693,49 €
Rua das Lagarças - Trezoi	2027	GR	20	43031	31-12-2023	24.675,85 €	24.675,85 €	1.233,79 €
Travessa da Azenha - Vila Meã	1919	GR	20	43031	31-12-2023	15.091,08 €	15.091,08 €	754,55 €
Rua da Estrada Municipal - Sobrosa	2039	Novo	20	43031	31-12-2023	11.456,02 €	11.456,02 €	572,80 €
Rua da Capela - Felgueira	1145	GR	20	43031	31-12-2023	13.553,96 €	13.553,96 €	677,70 €
Rua Chão da Vila - Felgueira	1648	GR	20	43031	31-12-2023	20.714,85 €	20.714,85 €	1.035,74 €
Rua Principal - Felgueira	1662	GR	16	43031	31-12-2023	12.590,95 €	12.590,95 €	786,93 €
Rua Cabeça da Formiga - Felgueira	2041	Novo	20	43031	31-12-2023	11.009,66 €	11.009,66 €	550,48 €
Equipamento de Switching	19916	Novo	4	4351	24-03-2023	97,00 €	78,97 €	19,74 €
						692.589,03 €	692.571,00 €	43.266,59 €

Conta: 59391112

Designação: Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) – Alocado

Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

Data de Emissão: 20/03/2024

Página 1 de 1

Data	D.	Lanc.	Tipo Doc.	Referência Doc.	Descrição do movimento	Débito (€)	Crédito (€)	Saldo (€)
					Saldo Anterior.....	0,00	0,00	0,00
01/01/2023	15	127	SLD.ABERT.	Sal/Abert.	Saldo de abertura		1.510.442,57	1.510.442,57 C
31/12/2023	13	8457	REGUL.	RegEsp_FEF_23	Especialização dos proveitos relativos às obras/bens financiadas por esta receita		566.436,00	2.076.878,57 C
31/12/2023	13	8534	REND.DIF.	Subsidios	Subsidios 2023	208.635,85		1.868.242,72 C
					Totais do período.....	208.635,85	2.076.878,57	1.868.242,72 C
					Total.....	208.635,85	2.076.878,57	1.868.242,72 C

Conta: 59391122

Designação: Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013 – Alocado

Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

Data de Emissão: 20/03/2024

Página 1 de 1

Data	D.	Lanc.	Tipo Doc.	Referência Doc.	Descrição do movimento	Débito (€)	Crédito (€)	Saldo (€)
					Saldo Anterior.....	0,00	0,00	0,00
01/01/2023	15	127	SLD.ABERT.	Sal/Abert.	Saldo de abertura		1.107.148,53	1.107.148,53 C
31/12/2023	13	8458	REGUL.	RegEsp_Art.35_23	Especialização dos proveitos relativos às obras/bens financiadas por esta receita		692.571,00	1.799.719,53 C
31/12/2023	13	8534	REND.DIF.	Subsidios	Subsidios 2023	128.111,96		1.671.607,57 C
					Totais do período.....	128.111,96	1.799.719,53	1.671.607,57 C
					Total.....	128.111,96	1.799.719,53	1.671.607,57 C

Nota 3 - Ativos intangíveis

Em 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes:

Quadro 2 - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	241.536,26	230.232,56	0,00	11.303,70	241.536,26	230.232,56	0,00	11.303,70
Programas de computador e sistemas de informação	411.424,61	399.427,97	0,00	11.996,64	419.376,26	408.142,00	0,00	11.234,26
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	201.256,85	0,00	0,00	201.256,85	218.164,43	0,00	0,00	218.164,43
Total:	854.217,72	629.660,53	0,00	224.557,19	879.076,95	638.374,56	0,00	240.702,39

Quadro 3 - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por imparidade	Amortiz. período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	11.303,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.303,70
Programas de computador e sistemas de informação	11.996,64	8.701,35	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.714,03	-749,70	11.234,26
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	201.256,85	16.907,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	218.164,43
Total:	224.557,19	25.608,93	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.714,03	-749,70	240.702,39

Quadro 4.1 - Adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Doação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	1.299,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.401,89	8.701,35
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	16.907,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.907,58
Total:	0,00	18.207,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.401,89	25.608,93

Quadro 4.2 - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	-749,70	-749,70
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	-749,70	-749,70

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais.

Quadro 5 - Acordos de concessão de serviços

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão
Concessão Energia Elétrica em Baixa Tensão	E-Redes	Infraestruturas de energia elétrica em baixa tensão	Prorrogado DL nº 15/2022, 14/01
Concessão Água em Alta	Águas do Planalto	Infraestruturas de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais em alta	Termina em 01/05/2028

O Município tem em vigor acordo de concessão para o contrato de distribuição em baixa com a E-Redes - Distribuição de Eletricidade, SA, designadamente quanto à aplicação do Modelo de Atribuição de um direito ao concessionário, relativamente a novos ativos de concessão de serviços desenvolvidos pelo concessionário. No âmbito deste contrato foram entregues à exploração da concessionária os ativos fixos tangíveis exclusivamente afetos às atividades concessionadas, recebendo em troca rendas de concessão.

Após solicitação, o Município obteve informação por parte da Concessionária, no entanto não procedeu aos respetivos registos contabilísticos, conforme previsto na NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços, porquanto a informação proporcionada pela Concessionária não se apresenta detalhada e atualizada quanto a cada um dos ativos afetos à concessão e respetivas vidas úteis, localização, a data de aquisição, a descrição dos bens e o valor de compra.

Assim, e não existindo a informação suficiente e necessária à patrimonialização dos referidos bens e para a sua monitorização contabilística, não se procedeu ao reconhecimento contabilístico relativamente a estes bens.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

Quadro 6 - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	2.677.813,79	0,00	0,00	2.677.813,79	2.679.313,79	0,00	0,00	2.679.313,79
Edifícios e outras construções	4.857.475,72	1.788.832,36	0,00	3.068.643,36	5.200.139,95	1.907.767,78	0,00	3.292.372,17
Infraestruturas	55.952.599,01	36.912.612,32	0,00	19.039.986,69	56.569.757,49	38.398.744,24	0,00	18.171.013,25
Património histórico, artístico e cultural	79.159,53	0,00	0,00	79.159,53	91.262,73	0,00	0,00	91.262,73
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	3.810.322,08	0,00	0,00	3.810.322,08	3.810.322,08	0,00	0,00	3.810.322,08
Edifícios e outras construções	24.794.099,40	8.717.074,93	0,00	16.077.024,57	25.437.789,57	9.228.201,45	0,00	16.209.588,12
Equipamento básico	2.467.828,74	2.066.766,09	0,00	401.062,65	2.581.959,50	2.151.963,92	0,00	429.995,58
Equipamento de transporte	2.084.423,81	1.680.519,13	0,00	403.904,68	2.403.038,35	1.848.915,79	0,00	554.122,56
Equipamento administrativo	1.144.868,38	1.041.298,48	0,00	103.569,90	1.209.801,71	1.064.144,41	0,00	145.657,30
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	724.589,02	577.988,87	0,00	146.600,15	749.308,51	616.250,95	0,00	133.057,56
Ativos fixos tangíveis em curso	969.470,79	0,00	0,00	969.470,79	2.066.813,32	0,00	0,00	2.066.813,32
Total:	99.562.650,27	52.785.092,08	0,00	46.777.558,19	102.799.507,00	55.215.988,54	0,00	47.583.518,46

Quadro 7 - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final	
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por imparidade	Deprec. período		Diminuições
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	2.677.813,79	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.679.313,79
Edifícios e outras construções	3.068.643,36	0,00	342.884,23	0,00	0,00	0,00	-118.935,42	0,00	3.292.372,17
Infraestruturas	19.039.986,69	38.342,55	576.117,73	0,00	0,00	0,00	-1.486.131,62	-1,80	18.171.013,25
Património histórico, artístico e cultural	79.159,53	0,00	12.103,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91.262,73
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	3.810.322,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.810.322,08
Edifícios e outras construções	16.077.024,57	597.385,90	57.643,23	0,00	0,00	0,00	-511.126,62	-11.618,66	16.209.588,12
Equipamento básico	401.062,65	114.249,32	0,00	0,00	0,00	0,00	-85.197,83	-918,58	429.995,58
Equipamento de transporte	403.904,68	318.814,54	0,00	0,00	0,00	0,00	-168.396,66	0,00	554.122,56
Equipamento administrativo	103.569,90	104.795,16	0,00	0,00	0,00	0,00	-22.845,93	-39.831,83	145.657,30
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	146.600,15	24.821,06	0,00	0,00	0,00	0,00	-38.262,08	-101,57	133.057,56
Ativos fixos tangíveis em curso	969.470,79	2.066.170,82	-891.828,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.066.813,32
Total:	46.777.558,19	3.286.226,45	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.430.896,46	-52.372,72	47.583.518,46

Quadro 8 - Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Expropri.	Doação	Doação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	32.001,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.950,83	38.042,55
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	18.020,00	0,00	579.345,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	597.365,60
Equipamento básico	0,00	109.812,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.138,91	114.948,32
Equipamento de transporte	0,00	318.977,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.837,16	318.814,54
Equipamento administrativo	0,00	104.785,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104.785,16
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	24.821,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.821,06
Ativos fixos tangíveis em curso	709.986,89	1.319.184,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.099.170,92
Total:	709.986,89	1.927.171,76	0,00	579.345,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.724,90	3.289.229,45

Quadro 9 - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições					Total
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	-1,80	-1,80
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.618,96	-11.618,96
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	-818,56	-818,56
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-39.831,83	-39.831,83
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	-101,57	-101,57
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	-52.372,72	-52.372,72

Sintetiza-se a seguir, a relação de bens imóveis de domínio privado, não registados na conservatória do registo predial:

Nº Inv.	Descrição	Valor Pat líquido
1021	Terreno - Fossas Cépticas Tojeira	250,00 €
1130	Terreno - Expansão Parque Industrial	12.650,00 €
1183	Terreno - Implantação da Conduta ao Reservatório de Água	3.000,00 €
1218	Terreno - Sistema de Bombagem p/ Reservatório	500,00 €
1367	Campo de Jogos da Gandarada	596.515,51 €
1368	Campos de Tenis - Zona Desportiva	28.701,64 €
1506	Terreno - Junto ao Campo Municipal de Mortágua	2.650,00 €
1507	Terreno - Junto ao Campo Municipal de Mortágua	2.650,00 €
1557	Escola Primária e Pré Escolar da Gandara	70.246,80 €
1559	Terreno - Parque Urbano Quinta das Nogueiras	5.000,00 €
1560	Terreno - Parque Urbano Quinta das Nogueiras	10.000,00 €
1777	Terreno - Parque Urbano Quinta das Nogueiras	5.000,00 €
1896	Quiosque (Regeração Urbana PARU)	32.853,41 €
2006	Escola Secundária de Mortágua - Dr. João Lopes de Morais	302.155,20 €
2007	Terreno Escola Secundária de Mortágua - Dr. João Lopes de Morais	419.660,00 €
2008	Escola Primária de Almaça	6.475,95 €
2009	Terreno Escola Primária de Almaça	3.997,50 €
2020	Terreno - Expansão Parque Industrial de Mortágua	6.240,00 €
2024	Terreno - Expansão Parque Industrial de Mortágua	32.535,00 €
2025	Terreno - Expansão Parque Industrial de Mortágua	3.300,00 €
2053	Anexo Apoio ao Campo de Ténis	21.151,13 €
2072	Edifício de Apoio largo Capela - Cruz Vila Nova	16.218,00 €
2074	Edifício Centro de Saúde de Mortágua	567.758,98 €
		2.149.509,12 €

O mapa seguinte identifica a relação de imóveis cedidos a entidades terceiras:

Lista de Cedência de Utilização de Edifícios Escolares

Designação Edifício	Artigo Matricial	Designação Entidade Cessionária	Data Reunião Câmara/Deliberação Cedência	Data Protocolo/ Escrit. Direito Superfície	MP. Bem CC2
Escola Primária de Candeira	Art.º 323, Freg. Trezoi	Agrupamento de Escuteiros de Mortágua n.º 1241 do Corpo Nacional de Escutas	16/03/2004	08/09/2004	829
Escola Primária de Cercosa	Art.º 143, Freg. Cercosa	Freguesia de Cercosa	04/03/2009	28/03/2009	733
Escola Primária de Sobrosa	Art.º 768, Freg. Espinho	Associação Cultural e Desportiva da Sobrosa	03/11/2020	28/06/2011	783
Escola Primária Mortágua – 1 sala	Art.º 871, Freg. Mortágua	Coral Juvenil Sílvia Marques	06/06/2012	06/07/2012	732
Escola Primária Mortágua – 1 sala	Art.º 871, Freg. Mortágua	Orquestra Polifónica de Mortágua	06/06/2012	06/07/2012	732
Escola Primária e Pré-Escolar da Marmeleira	Art.º 302, Freg. Marmeleira	Rancho Foid e Etnog. "Os Irmânicos" Marmeleira	06/06/2012	06/07/2012	430
Escola Primária do Barracão	Art.º 769, Freg. Espinho	Associação Cultural e Recreativa do Barracão	06/06/2012	06/07/2012	773
Escola Pri. e Pré-Escolar de V. Açores	Art.º 2609, Freg. Mortágua	Teatro Experimental de Mortágua	06/06/2012	06/07/2012	1003
Escola Primária da Gândara	Art.º 938, Freg. Mortágua	Agrupamento de Escuteiros de Mortágua n.º 1241 do Corpo Nacional de Escutas	06/06/2012	06/07/2012	1337
Pré-Primária de Mortágua/1.º Piso do Centro de Animação Infantil	Art.º 2160, Freg. Mortágua	Freguesia de Mortágua	13/11/2012	02/09/2013	422
Escola Primária de Espinho	Art.º 737, Freg. de Espinho	Freguesia de Espinho	20/03/2013	02/09/2013	763
Escola Primária de Vale de Remígio	Art.º 379, Freg. V. Remígio	Associação Desp. Rec. Cultural Vale Remígio	07/08/2013	23/09/2013	835
Escola Primária de Vila Meã	Art.º 882, Freg. Sobral	Santa Casa da Misericórdia de Mortágua	21/01/2015	04/02/2015	739
Pré-Primária da Gândara	Art.º 1979, Freg. Mortágua	Agrupamento de Escuteiros de Mortágua n.º 1241 do Corpo Nacional de Escutas	18/11/2015	22/02/2016	1337
Escola Primária de Caparrosinha	Art.º 300, Freg. Marmeleira	Associação Pescador e Associação Rancho Folclórico os Ribeirinhos de Caparrosinha	18/02/2015	18/02/2015	808
Pré-Primária de Vila Meã	Art.º 1743, Freg. Sobral	Contraire da Lampertana	21/11/2018	19/03/2019	739

Em 2023, os ativos fixos tangíveis totalmente depreciados, ainda em uso, totalizavam 13.038 bens. A listagem dos mesmos está depositada para consulta e disponibilização nos serviços financeiros do Município.

Existem bens arrolados no inventário inicial cujo valor é zero, dada a impossibilidade da sua valorização, tratam-se essencialmente de bens em uso à data do balanço inicial cuja materialidade não era relevante.

Nota 6 - Locações

O Município não tem contratos de locação operacional.

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Informação no ANEXO III.

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

O Município de Mortágua tem ativos enquadráveis em propriedades de investimento.

Propriedades de Investimento - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final	Gastos do Período
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas imparidade	Dif. cambiais	Diminuições		
Propriedades de Investimento									
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	133.304,50	464.698,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	598.003,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	133.304,50	464.698,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	598.003,00	0,00

Propriedades de Investimento - Adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Doação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Propriedades de Investimento										
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	464.698,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	464.698,50
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais:	0,00	464.698,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	464.698,50

Propriedades de Investimento - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Propriedades de Investimento					
Bens de domínio público		0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais		0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento		0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso		0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 9 – Imparidade de ativos

Imparidade de Ativos

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Depósitos à ordem	3.777.647,28	0,00	0,00	3.777.647,28
Outros depósitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	4.759.785,56	0,00	0,00	4.759.785,56
Clientes, contribuintes e utentes	20.785,91	0,00	0,00	20.785,91
Fornecedores	51.681,27	0,00	0,00	51.681,27
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber e a pagar	1.205.970,58	0,00	0,00	1.205.970,58
Inventários estratégicos e bens a transferir	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	140.215,88	0,00	0,00	140.215,88
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	350.596,50	0,00	0,00	350.596,50
Propriedades de investimento:	598.003,00	0,00	0,00	598.003,00
Ativos fixos tangíveis	45.516.705,14	0,00	0,00	45.516.705,14
Ativos intangíveis	22.537,96	0,00	0,00	22.537,96
Investimentos em curso	2.284.977,75	0,00	0,00	2.284.977,75
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	58.728.906,83	0,00	0,00	58.728.906,83

Nota 10 - Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2023 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 13 – Inventários

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias			
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	140.215,88 €		
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	140.215,88 €		

Quadro 14 – Inventários - movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Liquidadas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Mercadorias									
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	162.088,04 €	459.113,58 €	481.599,63 €				31,95 €	645,84 €	140.215,88 €
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
TOTAL	162.088,04 €	459.113,58 €	481.599,63 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	31,95 €	645,84 €	140.215,88 €

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 15 - Rendimentos de transações com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
704 Taxas, multas e outras penalidades					
7043 Taxas específicas das autarquias locais		146.559,00	0,00	0,00	0,00
7044 Multas e outras penalidades		564,45	0,00	0,00	0,00
71 Vendas					
711 Mercadorias		834,97	0,00	0,00	0,00
72 Prestação de serviços					
7203 Serviços específicos das autarquias locais		561.831,65	0,00	0,00	0,00
7206 Vistorias e ensaios		475,00	0,00	0,00	0,00
7212 Arrendamento		59.829,11	0,00	0,00	0,00
78 Outros rendimentos					
784 Ganhos em inventários		640,42	0,00	0,00	0,00
786 Rendimentos nos restantes ativos financeiros		3.914,84	0,00	0,00	0,00
787 Rendimentos em investimentos não financeiros		697.273,69	0,00	0,00	0,00
7881 Correções relativas a períodos anteriores		143.396,65	0,00	0,00	0,00
79 Juros, dividendos e outros rendimentos similares		5.290,61	0,00	0,00	0,00
79 Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Total:		1.620.610,39	0,00	0,00	0,00

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Importa salientar que o IMT é um imposto indireto porque incide sobre o consumo e não sobre o rendimento, como por acontece com o IMI. Desta forma, ainda que o classificador económico (orçamental) das receitas e despesas públicas, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, preveja a classificação orçamental do IMI em impostos diretos, na perspetiva financeira e económica a seguir sintetizada, tal rendimento é classificado em impostos indiretos.

Quadro 16 - Rendimentos de transações sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Fim do período	
701	Impostos Diretos				
70103	Derrama	373.000,00	0,00	0,00	0,00
70105	Imposto municipal sobre imóveis	1.135.000,00	0,00	0,00	0,00
70106	Imposto único de circulação	261.831,25	0,00	0,00	0,00
702	Impostos Indiretos				
70210	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	349.179,83	0,00	0,00	0,00
74	Trabalhos para a própria entidade	550.560,51	0,00	0,00	0,00
75	Transferências e subsídios correntes obtidos				
75111	Estado	5.384.689,00	0,00	0,00	0,00
7514	Resto do Mundo	173.034,85	0,00	0,00	0,00
7519	Outras entidades	1.803.143,32	0,00	0,00	0,00
76	Reversões				
763	De provisões	92.534,93	0,00	0,00	0,00
7883	Imputação de subsídios e transferências para investimentos	703.258,18	0,00	0,00	0,00
	Total:	10.826.231,87	0,00	0,00	0,00

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi necessário ajustar a provisão, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município. Em 2023 foi efetuado uma reversão de uma provisão, no valor de 92.534,93€, referente a um processo que o Supremo Tribunal não deu provimento, pelo que a decisão foi favorável ao Município de Mortágua.

Não foram constituídas provisões para os restantes processos judiciais em curso, nomeadamente, interpostos por terceiros ao Município, uma vez que o valor envolvido de indemnizações reclamadas é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade.

Quadro 17 - Provisões

Provisões	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final
		Reforços	Aumentos	Outros Aumentos	Total Aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total Diminuições	
Impostos, taxas, contribuições e juros de mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	594.379,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.534,93	0,00	92.534,93	501.844,38
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	594.379,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.534,93	0,00	92.534,93	501.844,38

Nota 17 - Acontecimentos após a data de relato

Não se registaram acontecimentos após a data de relato e antes de aprovação das contas que devam ser divulgados.

Nota 18 - Instrumentos financeiros

Políticas contabilísticas e bases de mensuração

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- a) Ativos financeiros são registados da seguinte forma:
 - i) As participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos quando não são negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, são mensurados ao custo menos perdas por imparidade.
 - ii) As restantes participações, inicialmente pelo seu custo de aquisição e subsequentemente pelo seu valor nominal, o qual corresponde ao custo menos perdas por imparidade ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade. No final de cada período de relato são analisados todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados, de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade.
 - iii) Clientes e outras contas a receber ou a pagar, bem como empréstimos bancários são mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos as perdas por imparidade.
- b) Passivos financeiros - são registados inicialmente pelo seu justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, quando o valor temporal do dinheiro seja material, usando o método do juro efetivo, exceto quanto aos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

O Município de Mortágua não detém participações em entidades que lhe confirmam o controlo nem exerceu transações com entidades relacionadas.

Pessoas chave da gestão

ENTIDADE: Município de Mortágua			
Período de relato: 01/01/2023 a 31/12/2023			
Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade a)	Morada b)
Ricardo Sérgio Pardal Marques	Presidente da Câmara	01/01/2023 a 31/12/2023	Rua do Taneiro, n.º 30 - Vale de Açores - 3450-219 Mortágua
Luís Filipe Martins Rodrigues	Vereador em regime de tempo inteiro	01/01/2023 a 31/12/2023	Rua Luís de Camões, n.º 26 - Barril - 3450-157 Mortágua
Ilda Maria Duarte de Matos	Vereador em regime de tempo inteiro	01/01/2023 a 31/12/2023	Rua da Levegada, n.º 4 - Marmeleira - 3450-097 Marmeleira
Nuno André Rodrigues Faustino	Vereador em regime de não permanência	01/01/2023 a 31/12/2023	Rua Tomás de Fonseca n.º 11 - Mortágua - 3450-123 Mortágua
Strave de Matos	Vereador em regime de não permanência	01/01/2023 a 31/12/2023	Urbanização Quinta do Bosque, n.º 119 R/C - Viseu - 3510-010 Viseu

a) No caso de se verificarem alterações de responsáveis durante o período de relato, deverá indicar-se o período em que exerceram funções

b) Morada completa e atualizada, incluindo código postal

Nota 22 – Interesses em outras entidades

Ano: 2023
De 01-01-2023 a 31-12-2023

Entidade participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma da realização do capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	502883308	Societária	71200	745.000,00 €	22.500,00 €	3,02%	22.500,00 €			
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, SA	504355660	Societária	35220	11.579.500,00 €	5.000,00 €	0,04%	5.000,00 €			
Ecobeirão - Sociedade de Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão, SA	503797766	Societária	37200	50.000,00 €	1.000,00 €	2,00%	1.000,00 €			

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Compras	Rev. Perdas Imparidade	Outros Aum.	Alienações	Perdas imparidade	Outras Diminuições	
Associadas								
41229 - Outros	28.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.500,00
Outras entidades								
41411 - FAM - Fundo de Apoio Municipal	322.096,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	322.096,50
Total:	350.596,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350.596,50

Nota 23 – Outras divulgações

O inventário dos investimentos (bens móveis e imóveis), direitos e obrigações encontra-se depositado nos serviços financeiros deste Município e disponíveis para consulta.

Município de Mortágua

Demonstração consolidada do desempenho orçamental

RUBRICA RECEBIMENTOS		2023	RUBRICA PAGAMENTOS		2023
	Saldo da gerência anterior	4.871.183,76			
	Operações Orçamentais [1]	4.798.650,27			
	Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00			
	Operações de tesouraria [A]	72.533,49			
	Recabimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00			
	Receita corrente	10.973.098,95		Despesa corrente	9.671.123,13
R1	Receita Fiscal	2.196.610,28	D1	Despesas com o pessoal	4.134.589,09
R1.1	Impostos diretos	2.196.610,28	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	3.330.001,37
R1.2	Impostos indiretos	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	27.810,23
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	D1.3	Segurança Social	776.777,49
R3	Taxas, multas e outras penalidades	142.910,03	D2	Aquisição de bens e serviços	2.948.616,39
R4	Rendimentos de propriedade	686.694,10	D3	Juros e outros encargos	38.949,58
R5	Transferências e subsídios correntes	7.318.105,81	D4	Transferências e subsídios correntes	1.782.833,89
R5.1	Transferências correntes	7.318.105,81	D4.1	Transferências correntes	1.782.833,89
R5.1.1	Administrações Públicas	7.318.105,81	D4.1.1	Administrações Públicas	711.190,05
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	7.318.105,81	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	D4.1.1.5	Administração Local	711.190,05
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	920.230,69
R5.1.3	Outras	0,00	D4.1.3	Famílias	151.413,15
R5.2	Subsídios correntes	0,00	D4.1.4	Outras	0,00
R6	Venda de bens e serviços	614.861,59	D4.2	Subsídios correntes	0,00
R7	Outras receitas correntes	13.917,14	D5	Outras despesas correntes	766.134,18
	Receita de capital	1.658.412,04		Despesa de capital	3.924.137,18
R8	Venda de bens de investimento	785,25	D6	Aquisição de bens de capital	3.122.222,83
R9	Transferências e subsídios de capital	1.657.626,79	D7	Transferência e subsídios de capital	801.914,35
R9.1	Transferências de capital	1.657.626,79	D7.1	Transferências de capital	801.914,35
R9.1.1	Administrações Públicas	1.657.626,79	D7.1.1	Administrações Públicas	479.971,36
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1.657.626,79	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	479.971,36
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	321.942,99
R9.1.3	Outras	0,00	D7.1.3	Famílias	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	D7.1.4	Outras	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	D7.2	Subsídios de capital	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	1.355,36	D8	Outras despesas de capital	0,00
	Receita efetiva [2]	12.632.866,35		Despesa efetiva [5]	13.595.260,31
	Receita não efetiva [3]	0,00		Despesa não efetiva [6]	158.946,19
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	D10	Despesa com passivos financeiros	158.946,19
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	17.431.516,62		Soma [7]=[5]+[6]	13.754.206,50
	Operações de tesouraria [B]	43.618,46		Operações de tesouraria [C]	0,00
				Saldo para a gerência seguinte	3.793.462,06
				Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	3.677.310,12
				Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	116.151,94
				Saldo global [2] - [5]	-962.393,96
				Despesa primária	13.556.310,73
				Saldo corrente	1.301.975,82
				Saldo de capital	(2.265.725,14)
				Saldo primário	-923.444,38
				Receita total [1] + [2] + [3]	17.431.516,62
				Despesa total [5] + [6]	13.754.206,50

Município de Mortágua

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Rubricas	LIQUIDAÇÕES	2023	Rubricas	OBRIGAÇÕES	2023
	Receitas correntes	11.001.589,38		Despesa corrente	9.787.931,94
R011	Impostos diretos	2.202.233,65	D01	Despesas com o pessoal	4.164.130,27
R012	Impostos indiretos	0,00	D011	Remunerações Certas e Permanentes	3.359.416,38
R03	Taxas, multas e outras penalidades	153.530,91	D012	Abonos Variáveis ou Eventuais	27.936,40
R04	Rendimentos de propriedade	686.694,10	D013	Segurança social	776.777,49
R05	Transferências e subsídios correntes	7.318.105,81	D02	Aquisição de bens e serviços	2.993.652,86
R5.1	Transferências correntes	7.318.105,81	D03	Juros e outros encargos	38.949,58
R0511	Administração Central - Estado Português	7.318.105,81	D04	Transferências correntes	1.816.227,23
R0512	Exterior - U E	0,00	D04111	Administração Central - Estado Português	0,00
R0513	Outras	0,00	D04115	Administração Local	727.526,63
R06	Venda de bens e serviços	627.013,82	D0412	Entidades do setor não lucrativo	934.783,45
R07	Outras receitas correntes	14.011,09	D0413	Famílias	153.917,15
	Receita de capital	1.692.237,04	D0414	Outras	0,00
R08	Venda de bens de investimento	14.285,25	D042	Subsídios	0,00
R09	Transferências e subsídios de capital	1.657.626,79	D05	Outras despesas correntes	774.972,00
R0911	Administração Central - Estado Português	1.657.626,79		Despesa de capital	4.073.057,48
R0912	Administração Central - Outras entidades	0,00	D06	Aquisição de bens de capital	3.229.149,72
R093	Outras	0,00	D07	Transferência e subsídios de capital	843.907,76
R10	Outras receitas de capital	20.325,00	D07111	Administração Central - Estado Português	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	1.355,36	D07115	Administração Local	481.964,77
	Receita efetiva [2]	12.695.181,78	D0712	Entidades do setor não lucrativo	361.942,99
	Receita não efetiva [3]	0,00	D0713	Famílias	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	D08	Outras despesas de capital	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00		Despesa efetiva [5]	13.860.989,42
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	12.695.181,78		Despesa não efetiva [6]	158.946,19
			D9	Despesa com ativos financeiros	0,00
			D10	Despesa com passivos financeiros	158.946,19
				Soma [7]=[5]+[6]	14.019.935,61

documentos
DE **prestação**
DE **contas**
2023

MUNICÍPIO DE MORTÁGUA

CONTAS CONSOLIDADAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL
DE CONTAS

PARECER DO AUDITOR EXTERNO



MORTÁGUA
MUNICÍPIO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Mortágua** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 59.801.149,29 euros e um total de fundos próprios de 52.572.351,22 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.079.210,70 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria descrita na secção Bases para a Opinião com Reservas do nosso relatório, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Mortágua** em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

Conforme divulgado na nota 4 do Anexo e para efeitos de aplicação da NCP 4 – “Acordos de Concessão de Serviços: Concedente”, não foram reconhecidos os ativos proporcionados pelo concessionário EDP ou melhorias nas infraestruturas do Município, e quanto a estas não foram reclassificadas como ativos de concessão de serviços. Assim, não estamos em condições de formar opinião sobre o impacto que o seu reconhecimento teria nas contas de Ativos Fixos Tangíveis e Diferimentos do Passivo.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

Não nos foi possível confirmar o registo predial da titularidade de alguns bens imóveis que integram o Ativo Fixo Tangível e cujo valor líquido é de 2.149.509,12 euros. Tal facto não influencia o reconhecimento e mensuração dos mesmos nas demonstrações financeiras.



Conforme mencionado na nota 5 do Anexo, existe património que não está avaliado e que por consequência não se encontra valorizado no património do Município.

A execução orçamental global da despesa e da receita no exercício de 2023 foi respetivamente de 71,75% e de 90,93%. No exercício de 2022 as taxas de execução global da despesa e da receita foram de 66,73% e de 95,42%, respetivamente.

O limite da dívida é de 14.179 milhares euros, sendo a dívida total, excluindo as dívidas não orçamentais de 1.582 milhares euros. Assim, o município apresentava a 31 de dezembro de 2023 um valor de dívida total dentro dos limites legais definidos na Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, correspondente a 0,17 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três anos.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão executivo pelas demonstrações financeiras

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a

2



fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão executivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Município de Mortágua que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Órgão Executivo é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas do Município de Mortágua. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.



**MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S.R.O.C. n.º 176 * CMVM n.º 20161478

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria descrita na seção Bases para a Opinião com Reservas do Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras, e exceto quanto ao facto de as informações constantes do parágrafo 37 da NCP 27 não foram divulgadas na sua plenitude, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais.

Coimbra, 05 de junho de 2024

José Joaquim Marques de Almeida
(ROC n.º 571, inscrito na CMVM sob o n.º 20160230)
Em representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.



**MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC 505 261 898 * Capital social 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176 * CMVM n.º 20161478

Exmo. Senhor Presidente da
CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA
R. Dr. João Lopes de Morais
3450-153 Mortágua

Exmos Senhores,

1. O presente relatório é emitido com base na Circular n.º 61/2009 - Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria, da OROC.
2. Procedemos à revisão legal das contas consolidadas desse Município relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva certificação legal das contas consolidadas com data de 05 de junho de 2024.
3. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:
 - 3.1. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas no Anexo.
 - 3.2. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
 - 3.3. Verificação das operações de consolidação, nomeadamente a adoção do método de consolidação de equivalência patrimonial, a eliminação dos valores das participações financeiras pela correspondente fração nos capitais próprios da empresa participada, a evidenciação das respetivas diferenças de consolidação e os critérios de homogeneização da informação.
 - 3.4. Solicitação da Declaração do Órgão Executivo.
4. Em consequência do trabalho efetuado, entendemos dever relatar alguns aspetos que, por não terem materialidade, não foram incluídos na nossa certificação legal das contas consolidadas.

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821 777 * Fax: 239 841027
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Sede
Rua Batalha Reis, N.º 81 – 2.º Andar
6300 – 688 GUARDA
Tel: 271 227 303 * Fax: 271 227304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu
Rua Arrabalde, Lote 1, R/C, Letra
3510 – 084 VISEU
Tel: 232 435 277 * Fax: 232 435279
Email: joagnunes_roc@mail.telepac.pt



**MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176 * CMVM n.º 20161478

5. Finalmente, cumpre-nos informar que apreciamos o relatório do Órgão Executivo e que verificámos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.
6. Como nota final, gostaríamos de salientar e agradecer toda a colaboração recebida dos colaboradores e responsáveis do Município.

Coimbra, 05 de junho de 2024

José Joaquim Marques de Almeida
(ROC n.º 571, inscrito na CMVM sob o n.º 20160230)
Em representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821 777 * Fax: 239 841027
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Sede
Rua Batalha Reis, N.º 81 – 2.º Andar
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227 303 * Fax: 271 227304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu
Rua Arrabalde, Lote 1, R/C, Letra
3510 – 084 VISEU
Tel: 232 435 277 * Fax: 232 435279
Email: lgonunes.roc@mail.telepac.pt



**MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176 * CMVM nº 20161478

MUNICÍPIO DE MORTÁGUA

Contas Consolidadas

31 de dezembro de 2023

Anexo ao Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria de 05 de junho de 2024

Como Anexo ao Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria é emitido este documento. São aqui enunciadas algumas situações que podem ser melhoradas para efeitos de um maior rigor contabilístico, de um melhor controlo interno ou de uma melhor produção de informação para a gestão. De ressaltar que as situações aqui descritas são as que foram detetadas no decurso da auditoria a qual foi efetuada com o objetivo de emitir um parecer sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas reportadas a 31 de dezembro de 2023.

I - PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO

1. O processo de consolidação tem como entidade consolidante o Município de Mortágua, as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com as disposições previstas nas Normas de Contabilidade Pública 22 e 24 do SNC-AP, bem como com base nas notas explicativas da conta 41 da Portaria n.º 189/2021, de 14 de julho.

Conforme referido no relatório de gestão consolidado, para o Município de Mortágua, a entidade incluída no perímetro de consolidação é a ECOBEIRÃO - Sociedade de Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão, EIM, S.A. em relação à qual foi aplicado o método de equivalência patrimonial.

Relativamente à empresa integrada no perímetro de consolidação e no caso sujeita a revisão legal de contas, mas cujo exame foi efetuado por outro auditor, baseámos a nossa opinião na respetiva Certificação Legal das Contas, emitida por aquele órgão de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhe são aplicáveis.

Para o efeito foi-nos disponibilizada a Certificação Legal das Contas e o Relatório e Parecer do Fiscal Único da empresa ECOBEIRÃO - Sociedade de Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão, EIM, S.A., com data de 26/03/2024.



**MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176 * CMVM n.º 20161478

RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Senhores Membros da Assembleia Municipal do Município de Mortágua

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Mortágua, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os quais são da responsabilidade do Órgão Executivo.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do Município, bem como da principal entidade englobada na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal em vigor, tendo recebido do Órgão Executivo e dos diversos serviços e das entidades englobadas na consolidação as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos em 31 de dezembro de 2023, o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada de resultados por natureza, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas ao balanço consolidado. Adicionalmente, analisámos o Relatório de Gestão Consolidado do exercício findo em 2023 preparado pelo Órgão Executivo. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas Consolidadas que inclui uma reserva e quatro ênfases.

Face ao exposto, somos da opinião que apesar do descrito na seção bases para a opinião com reservas, e na seção das ênfases da Certificação Legal das Contas Consolidadas, as demonstrações financeiras consolidadas e o Relatório de Gestão Consolidado estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Reunião da Assembleia Municipal.

Com base na Circular n.º 61/2009 - Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria, emitida pela OROC, foi emitido o respetivo relatório e anexo ao mesmo, que são considerados complementos deste Relatório e Parecer.

Desejamos ainda manifestar ao Órgão Executivo e aos serviços do Município e das entidades participadas o nosso apreço pela colaboração prestada.

Coimbra, 05 de junho de 2024

José Joaquim Marques de Almeida
(ROC n.º 571, inscrito na CMVM sob o n.º 20160230)
Em representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821 777 * Fax: 239 841027
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Sede
Rua Batalha Reis, N.º 81 – 2.º Andar
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227 303 * Fax: 271 227304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu
Rua Arrabalde, Lote 1, R/C, Letra
3510 – 084 VISEU
Tel: 232 435 277 * Fax: 232 435279
Email: pjonunes-roc@mail.telepac.pt